

INTEGRAÇÃO UNIAO ESTADOS

Pronunciamento do Ministro de Planejamento e Coordenação Geral, JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, na abertura do "Encontro Nacional de Secretários de Planejamento" — Brasília, 15-12-71.

Tivemos a oportunidade de verificar, na semana passada, com a viagem do Presidente, que, em verdade, o único tipo de nacionalismo possível, na prática, é o dos países que, com eficiência, racionalidade e determinação, demonstram cuidar bem dos seus próprios assuntos e com isso adquirem flexibilidade e autoridade para entendimentos internacionais consentâneos com o interesse e a dignidade nacionais.

O esforço do Brasil, nos últimos anos, tem sido no sentido de realizar um processo bem sucedido de desenvolvimento, sem preocupação de hegemonias, mas consciente de que podemos fazer bem o que deve ser feito, para construir uma sociedade desenvolvida.

Com relação à estratégia para 1972, vale a pena destacar quatro pontos:

1) *Inflação* — será possível, no próximo ano, dar um avanço maior no sentido da contenção progressiva da inflação, que este ano foi prejudicada, em certa medida, pelo comportamento insatisfatório das safras de alguns produtos agrícolas.

2) *Tecnologia* — o ano de 1972 poderá ser o da tecnologia industrial no Brasil, assim como 1971 foi o da expansão de capacidade no setor industrial. O Brasil deverá aplicar, nos próximos 3 anos, com recursos do Governo Federal, cerca de Cr\$ 2 bilhões no desenvolvimento científico-tecnológico.

3) *Uma ofensiva no desenvolvimento regional*, pois estarão em plena carga programas como o PIN, PROTERRA e PRODOESTE, que já dispõem de recursos para a execução dos seus projetos. A programação detalhada desses novos planos será em breve aprovada pelo Presidente da República.

4) *Uma ofensiva econômica externa*, principalmente para efeito de expansão de exportações. O Brasil deverá fazer funcionar novos mecanismos de cooperação com os Estados Unidos, Mercado Comum Europeu, Japão, América Latina, Ultramar português e outras áreas de particular interesse para o nosso país.

É importante que, nessa estratégia geral, haja uma boa inter-relação entre a União e os Estados, continuando o trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos.

No tocante ao Sistema Nacional de Planejamento, os objetivos a atingir são essencialmente:

1) A idéia de que realmente venha a prevalecer o interesse nacional em relação a interesses regionais e estaduais, através, principalmente, da compatibilização de prioridades do planejamento dos Estados com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O objetivo deste encontro é permitir que o Ministério do Planejamento forme juízo sobre o tipo de apoio que a União poderá dar aos Estados, em termos de recursos internos e externos, com base na programação dos Estados.

2) O objetivo de eficiência do setor público, através de uma divisão de trabalho adequado entre a União e os Estados, em que se evite a superposição, e através da qual sejam transferidas para os Estados tarefas executivas de sentido mais local.

3) O acompanhamento dos desequilíbrios de renda, de modo que a União possa realmente exercer uma ação moderadora e de fomento, com o objetivo, principalmente, de proporcionar aos Estados de renda mais baixa a oportunidade de desenvolvimento e a integração no mercado nacional em crescimento acelerado.

Para que tudo isso funcione, há pressupostos importantes. Inicialmente, que a ação da União se exerça através de instrumentos econômicos — legislação específica e políticas instrumentais —, de modo a preservar a autonomia dos Estados. Segundo, não inibir iniciativas, pois o que se deseja é um sistema em que a ação dinâmica dos Estados esteja consistente com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Terceiro, que os Estados se preparem para proporcionar apoio técnico e financeiro aos municípios.

É importante destacar os pontos básicos para a atuação do Sistema Nacional de Planejamento:

1) *Atuação dos Estados na política fiscal:*

a) Os Estados devem operar sem *deficit* orçamentário. É a idéia de que o "deficit" deve ser "privilégio" da União, já que ela é que dispõe dos instrumentos para que o *deficit* residual seja financiado de maneira a não produzir efeitos inflacionários.

b) O controle da dívida interna e externa, através do dispositivo constitucional e da regulamentação que vem sendo baixada pelo Senado, principalmente a Resolução 92.

c) Que as contratações de obras e serviços somente se realizem mediante a prévia disponibilidade de recursos. É dispositivo expresso do

Decreto-lei 200 (art. 18): "Tôda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso". Ou seja, a contratação — não a realização da obra — deve ser precedida da disponibilidade de recursos, não apenas no orçamento, mas na programação de caixa.

2) *Prioridade para o fortalecimento dos mecanismos de planejamento, orçamento e reforma administrativa*, e para a adoção do sistema de planos e orçamentos plurianuais, já consagrado na legislação federal, evidentemente dentro da realidade de cada Estado.

3) *Novas realidades no desenvolvimento urbano brasileiro*, em termos das grandes regiões metropolitanas, principalmente o Grande Rio e o Grande São Paulo, consoante o dispositivo constitucional pelo qual delas devem fazer parte a União, os Estados e os municípios; e, também, da idéia da formação de áreas metropolitanas, informalmente, com o sentido de permitir o planejamento micro-regional de caráter urbanístico, — de modo a coordenar a atuação, principalmente, dos municípios numa determinada área.

4) *O apoio da União*, ou seja, a contrapartida daquele esforço próprio que se está solicitando dos Estados, sob diferentes formas. Primeiro, caracterizando uma filosofia de que apoio da União deve ser orgânico, e sem caráter assistencial. Orgânico, no sentido de derivado do exame dos planos, da avaliação do esforço próprio de fortalecer o sistema de planejamento, de conter despesas burocrático-administrativas, de se engajarem nas grandes prioridades nacionais. E sem caráter assistencial, significando — salvo situações de emergência — o propósito de a União colaborar para o equilíbrio financeiro e para o fortalecimento da economia do Estado.

Segundo, a particular atenção da União quanto à evolução do crescimento relativo dos Estados e das regiões, especialmente para exame dos efeitos das políticas federais, no tocante ao desenvolvimento relativo daqueles Estados e das regiões: o acompanhamento dos efeitos do ICM e de outros tributos, das transferências da União, do sistema financeiro — seja dos bancos privados, seja dos bancos oficiais —, para que todos esses instrumentos sejam compatíveis com o objetivo de correção das desigualdades regionais.

Terceiro, a idéia consubstanciada no Plano Nacional de Desenvolvimento: "Os Estados mais desenvolvidos no Centro-Sul, notadamente São Paulo, deverão colaborar com o Governo Federal na política de integração nacional, apoiando o esforço aplicado no Nordeste e na Amazônia, até mediante cooperação financeira por intermédio dos bancos oficiais daqueles Estados". Já houve entendimentos, nos Estados do Centro-Sul — particularmente em São Paulo — entre o Governo Federal e as classes

produtoras, no sentido de que estas se articulassem com esse grande esforço nacional para a aceleração do desenvolvimento do Nordeste e ocupação econômica da Amazônia.

Valeria a pena dar uma idéia do valor das transferências da União para os Estados e Municípios:

Cr\$ milhões de 1972

FONTES DE RECURSOS	1972/1974 TOTAL
Fundo de Participação dos Estados	2.928,4
Fundo de Participação dos Municípios	2.928,4
Fundo Especial	1.171,4
Subtotal	7.028,2
Receitas vinculadas	8.742,0
Total	15.770,2

Deste modo, as transferências da União para os Estados e Municípios, no período, alcançarão a ordem de Cr\$ 16 bilhões, sem levar-se em conta, evidentemente, os incentivos fiscais, a ação de investimentos diretos do Governo Federal, e sem considerar-se os financiamentos concedidos pelo sistema financeiro federal.

Para o ano de 1972, as principais medidas que o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral adotará para fortalecer o sistema de planejamento são:

1) Criação da Subsecretaria de Coordenação com os Estados, com o objetivo de elevar o status da unidade que cuida do assunto dentro do Ministério, e institucionalizar um mecanismo especialmente para essa colaboração permanente com os Estados.

2) Recursos do Fundo de Participação e do Fundo Especial: já foi publicado o decreto que regulamentou o Fundo de Participação para 1972/73, pela primeira vez dentro de um esquema bienal, estabelecendo as seguintes prioridades: um mínimo de 20 por cento para Educação e de 10 por cento para Saúde e Saneamento, sendo que os Estados e o Distrito Federal destinarão, ainda, 10 por cento ao apoio à Agricultura-Abastecimento, inclusive, pelo menos 5 por cento para apoio à expansão rural, e 10 por cento aos fundos de desenvolvimento constituídos nos respectivos bancos e companhias de desenvolvimento.

3) Institucionalização das reuniões quadrimestrais com os Secretários de Planejamento e realização de encontros regionais. A idéia é que, nas reuniões nacionais, as Secretarias em geral devem receber mais do que

dar, ou seja, elas receberão informações, pedidos de colaboração, e assim por diante. Mas, no mesmo tempo, o Ministério do Planejamento irá às regiões, e, *in loco*, realizará contatos com os Governadores e com os Secretários de Planejamentos para conhecer o funcionamento do mecanismo de planejamento e orçamento, examinar as prioridades do Estado, seus problemas regionais, etc. O primeiro desses encontros regionais deverá ter lugar no Nordeste, em março de 1972. É nossa idéia, se possível, visitar na ocasião todos os Estados da região, para contatos diretos com os órgãos estaduais de planejamento.

4) **Treinamento:** montagem de programa especial para treinamento de técnicos dos Estados no tocante a planejamento, orçamento, reforma administrativa e estatística. Espera o Ministério do Planejamento estar em condições de brevemente anunciar esse novo programa, que vai muito além da atual capacidade de execução e da atual dimensão do CENDEC. Preve-se, inclusive, convênios com Universidades e com outros órgãos que possam permitir a existência de um sistema nacional realmente de treinamento para o sistema de planejamento e orçamento dos Estados.

A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater certamente são perniciosas à eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.

Um ermitão, na época mais conhecido como O Solitário do Corcovado, foi o homem que, segundo pesquisas recentes, livrou D. Pedro I do aperto e constrangimento que lhe haviam imposto as tropas portuguesas no Rio dando-lhe uma saída estratégica que permitiu o afastamento e o embarque do Tenente-General Jorge de Avilez para Lisboa com a sua Divisão Auxiliadora.

O Príncipe Regente estava, naquela altura, com uma espinha atravessada na garganta: ao episódio do Fico, seguiu-se uma violenta reação militar liderada pelo comandante das Armas, Jorge de Avilez, que saiu às ruas com 2 mil homens para forçar D. Pedro I a recuar em sua decisão e retornar a Lisboa. Ele pode contornar a crise militar e conservar-se no cargo graças aos conselhos do ermitão.

O Solitário do Corcovado

Mas quem era este homem misterioso, que está sendo desenterrado do abandono e esquecimento pelas pesquisas históricas (somente em 1961 especialistas do Exército conseguiram descobrir a sua sepultura — uma cova rasa — no Cemitério dos Ingleses, na Gamboa) e permitindo conhecer a sua verdadeira projeção nos acontecimentos que precederam e culminaram com a nossa Independência?

O nome: General Conde Dirk van Hogendorp, holandês de nascimento, que chegou ao Brasil em 1817, aos 56 anos de idade, deprimido e resolvido a viver "na solidão alpestre", depois de aban-

donar a França, ao se ver perdido juntamente com seu chefe e mais leal amigo, quando ambos foram derrotados na Batalha de Waterloo: o General Napoleão Bonaparte.

General de Napoleão, mas antes soldado aventureiro sob o comando de Frederico I, da Prússia, o Conde van Hogendorp foi Ministro da Guerra da Holanda, Embaixador do seu país na corte do Tzar da Rússia, em 1802, e na corte de Viena, e, depois Governador de Java, uma das ilhas das Índias Holandesas. Anexada a Holanda à França, por Napoleão, van Hogendorp ficou ao lado da última, tornando-se "um holandês a serviço da França". Pouco tempo depois, era designado ajudante-de-campo de Napoleão, posto em que combateu com este último nas três batalhas em que se constituiu a epopéia de Waterloo.

Devotado à sua amizade e lealdade, Napoleão lhe deixou 100 mil francos consignados no testamento ditado a Las Cases, que lhe acompanhou até os últimos momentos.

A Amizade

O ano de sua chegada ao Brasil — desembarcou no Rio em 10 de fevereiro de 1817 — trazendo uma carta de apresentação do Duque de Richelleu ao Embaixador francês aqui, coincidiu com a revolução de Pernambuco.

Refugiou-se nas matas do Corcovado, onde comprou uma pequena fazenda do inglês William Young e passou a viver modesta-

mente das exiguas rendas que lhe davam uma incipiente plantação de café e os vinhos de laranja que fabricava com o auxílio de alguns escravos e de um criado prussiano, que o acompanhou no exílio voluntário.

Somente quatro anos depois de um completo isolamento, a Imperatriz D. Leopoldina, em 1821, descobrira que o Conde Hogendorp vivia no Rio. E foi por acaso; um dia D. Leopoldina estava caçando insetos pelas matas do Corcovado, quando bateu-lhe à porta da cabana da fazenda, a que dera o nome de Nova Sion.

Ele conhecera D. Leopoldina em sua breve permanência em Viena, como diplomata de Luis Bonaparte, quando então ela era ainda a Arquiduquesa Leopoldina.

D. Leopoldina falou da presença de van Hogendorp a D. Pedro I, e este passou a visitar o Solitário, com quem palestrava longamente — a ponto de isso causar ciúmes à Rainha Carlota Joaquina, que, por várias vezes, manifestou a sua contrariedade, pois "não gostava nada dessas confabulações do filho com o holandês."

"... O Príncipe Regente veio ver-me em meu ermitério, sozinho, diversas vezes, para conversar confidencialmente sobre sua situação, para ouvir meu conselho e minha opinião sobre esse assunto."

A Estratégia

Para alguns pesquisadores da História Militar do Brasil, como o Marechal Odílio Denys, "se não há provas mais concretas, pelo menos, existem fortes e inegáveis

indícios" de que o antigo General de Napoleão aconselhou e forneceu a D. Pedro I a estratégia militar para contornar a crise e a pressão exercida pelo General Avilez.

A sua experiência militar aperfeiçoada nas guerras napoleônicas e a vivência diplomática nos vários postos nas cortes européias davam a Hogendorp credenciais respeitáveis para que fosse ouvido por D. Pedro I. Além disso assinalam alguns historiadores, o militar holandês possuía uma forte e cativante personalidade, temperada com uma energia espartana.

O plano aconselhado a D. Pedro I era o de "afastar Avilez do Rio, para então resolver o problema." Antes, era necessário colocar em segurança a família imperial. Agindo desta maneira, mandou D. Leopoldina seguir, levando seus dois filhos menores, para Santa Cruz (D. João Carlos, o menor, então com um ano de idade, morreu em consequência das agruras da viagem), e adotou a política da intimidação, enfrentando a rebeldia das tropas de Avilez, e querendo evitar, ao mesmo tempo, derramamento de sangue.

Apesar de sua superioridade numérica (as tropas brasileiras contavam com cerca de 10 mil homens, contra os 2 mil de Avilez), D. Pedro temia o enfrentamento com Avilez, pois sabia que os portugueses estavam mais bem preparados e dispunham de maior poder de fogo.

Porém, temendo a audácia de D. Pedro I e frente a superioridade

dade numérica dos brasileiros, concordou Avilez com a retirada de seus homens para a Vila Real da Praia Grande (hoje, Niterói).

A Manobra

Afastado Avilez, D. Pedro I completou o seu plano estratégico, fornecido possivelmente pelo General van Hogendorp que, posteriormente, se recusou a aceitar o cargo de Ministro do Exterior, oferecido pelo Regente.

Consistiu em isolar o comandante da guarnição portuguesa. Para tanto, bloqueou a baía da Guanabara com vários barcos e cortou o fornecimento de gêneros alimentícios à tropa. Esta última medida foi possível com a ordem imposta aos habitantes de Vila Real da Praia Grande de afastar "todos os bois, galinhas e porcos" da proximidade das tropas da Divisão Auxiliadora, proibindo-lhes a sua venda, sob pena de severas sanções.

Sem outra alternativa, e já agora sob a ameaça de "um ataque imediato caso insistissem em protelar a partida", só restou a Avilez embarcar as suas tropas, o que se iniciou a 10 de fevereiro, e a partida, no dia 15.

A Influência

A influência de van Hogendorp em D. Pedro I parece ter-se consolidado, depois que ele também se tornara amigo do Conde dos Arcos, do Conde da Barca, do Visconde de São Lourenço, do Ministro da Holanda, Barão Mollérus e, especialmente, de D. Leopold-

dina, que o visitavam constantemente na Fazenda Nova Sion. Esta se localizava ao lado do morro do Ingles, nos contrafortes do Corcovado (hoje, Ladeira do Ascurra, n.º 186, onde funciona a Escola Feminina de Artes e Ofícios da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor).

O historiador Donatello Grieco afirma sobre a participação de van Hogendorp no processo da nossa Independência que "das pesquisas que realizamos, não nos parece forçado concluir que o General Hogendorp contribuiu, por algum modo, para esse acontecimento da nossa história política.

Amigo de Pedro I e seu conselheiro, o antigo Governador de Java deve ter proporcionado ao ardoroso Imperador as lições de energia e entusiasmo que, amoldadas ao ritmo dos acontecimentos e reagindo às provocações metropolitanas, bem poderão ter dado como fruto a jornada de 7 de setembro de 1822".

Pedro Calmon pretende ver Hogendorp como tendo incutido em Pedro I "uma influência napoleônica, de caráter monarquista absolutista" e, outros, o entusiasmo por uma espécie de "liturgia do poder". O certo, porém, é que alguns de seus compatriotas vêem no General holandês "o promotor dos princípios de liberdade em assunto colonial."

O Testemunho

Entre os visitantes estrangeiros que estiveram com van Hogendorp — Jacques Arago, von Leithold, Almirante Jurien de la Gravière

— se acha uma dama inglesa, Maria Graham, mulher de um oficial do Almirante Cochrane, que acompanhou o marido na missão do comandante naval inglês ao Brasil.

Maria Graham, num diário da viagem, dá um importante testemunho da vida e situação do General Hogendorp, com quem esteve duas vezes, visitando-o na sua fazenda. Através do esboço que fez da propriedade e da paisagem do Corcovado, foi que os pesquisadores conseguiram localizar a casa de Hogendorp.

Em 1937, o Governo da Holanda mandou gravar um mármore em sua homenagem, inaugurado no local numa solenidade pública. Posteriormente, a sua casa — hoje totalmente transformada e desfigurada por várias adaptações que sofreu e construções novas feitas ao seu redor para abrigar a Escola Feminina de Artes e Ofícios — serviu durante muitos anos como residência de verão do então Ministro Osvaldo Aranha.

Da casa restou apenas a fachada: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor construiu ao seu lado um novo pavilhão de alojamento para as meninas internadas e, na frente, uma espécie de capela — um barracão de madeira. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até agora não se preocupou com a propriedade que não é tombada e pertence oficialmente ao Ministério da Justiça.

Em 1961, quando Ministro da Guerra, o Marechal Odilo Denys, depois de vários estudos, conse-

gulu localizar a sepultura de Dirk van Hogendorp, no Cemitério dos Ingleses, na Gamboa.

O Homem

Lady Maria Graham, na primeira visita que fizera ao General van Hogendorp, descreve a sua impressão em seu diário:

“...O Conde é uma ruína de um outrora belo homem; mas não perdeu o ar marcial. É alto, mas não magro demais; os olhos cinzentos brilham de inteligência e a linguagem pura e enérgica é ainda transmitida em voz clara e bem timbrada, ainda um pouco gasta pela idade.”

“... Teve sempre as preferências de Napoleão” — continua Maria Graham — “a quem sua honestidade e desinteresse em matéria de dinheiro pareceram preciosas à medida que estas qualidades escasseavam entre os seus seguidores. A devoção do Conde a Napoleão é excessiva, eu diria mesmo inexplicável, se ele não tivesse mostrado uma carta do próprio punho do Imperador, sobre a morte de seu filho, na qual, além de uma amabilidade rotineira, há realmente uma nota de carinho que eu não esperava encontrar.”

A Casa

“... Ele mostrou-me a casa. É de fato pequena, consistindo apenas de três peças, além da varanda; seu escritório com poucos livros, em que dois ou três modelos de antigos baixos-relevos e alguns mapas e gravuras indica-

vam o retiro de um cavalheiro; seu quarto de dormir, cujas paredes, de gosto caprichoso, eram pintadas de preto e exibiam, sobre este fundo escuro, esqueletos de tamanho natural, em todas as atitudes alegres, lembrando a **Dança da Morte**, de Holbein; e um terceiro quarto ocupado com barris de vinho de laranja e potes de licor de grumixama."

Ele morreu no dia 17 de outubro de 1822, um mês e 10 dias depois de Pedro I ter proclamado a Independência. Ao "aproximarse o seu fim, D. Pedro deu-lhe

a assistência e a atenção que sua posição exigia ou permitia, e tinha dado ordens relativas ao enterro."

Verificou-se porém, ao morrer, que o General Hogendorp era protestante, e um dos pastores protestantes incumbiu-se então de promover o seu conveniente enterro no cemitério dos ingleses.

Ao despi-lo, após a morte, viu-se uma colsa estranha: o seu corpo estava todo tatuado como os dos nativos das ilhas javanesas.

